

Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea

MARINA REBECA OLIVEIRA SARAIVA*

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar a noção de *território* a partir das reflexões do antropólogo Nestor Perlongher, encontradas principalmente no livro *O negócio do michê* (2005). Diferente das análises clássicas do campo da Sociologia e da Antropologia Urbanas - que definem o território como um espaço físico ao qual são atribuídas determinadas significações sociais -, a "cartografia" desenvolvida por Perlongher enfatiza a produção de territórios que não se subscrevem em uma fixitude espacial, mas que não são menos "reais" que os espaços físicos problematizados por uma vertente clássica dos estudos urbanos. Essa discussão traz ainda as contribuições do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari, influências importantes para Perlongher e para compreensão dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea.

Palavras-chave: Território, Metrópole Contemporânea, Subjetividade, Antropologia da Cidade.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the notion of territory from the anthropologist Nestor Perlongher' reflections, mainly found in the book *O negócio do michê* (2005). Unlike classical analysis of the field of urban sociology and anthropology - that define the territory as a physical space to which they are assigned certain social meanings - the "mapping" developed by Perlongher emphasizes the production of territories that do not align in a fixed space, but no are less "real" than the physical spaces that are problematized by a classical vision of urban studies. This discussion also brings the contributions of the philosopher Gilles Deleuze and of the psychoanalyst Felix Guattari, important influences to Perlongher and to the understanding the processes of subjectification in the contemporary metropolis.

Key words: Territory, Contemporary Metropolis, Subjectivity, Anthropology of the City



* **MARINA REBECA OLIVEIRA SARAIVA** é Mestre em Sociologia/UNICAMP, Doutoranda em Antropologia Social/USP.

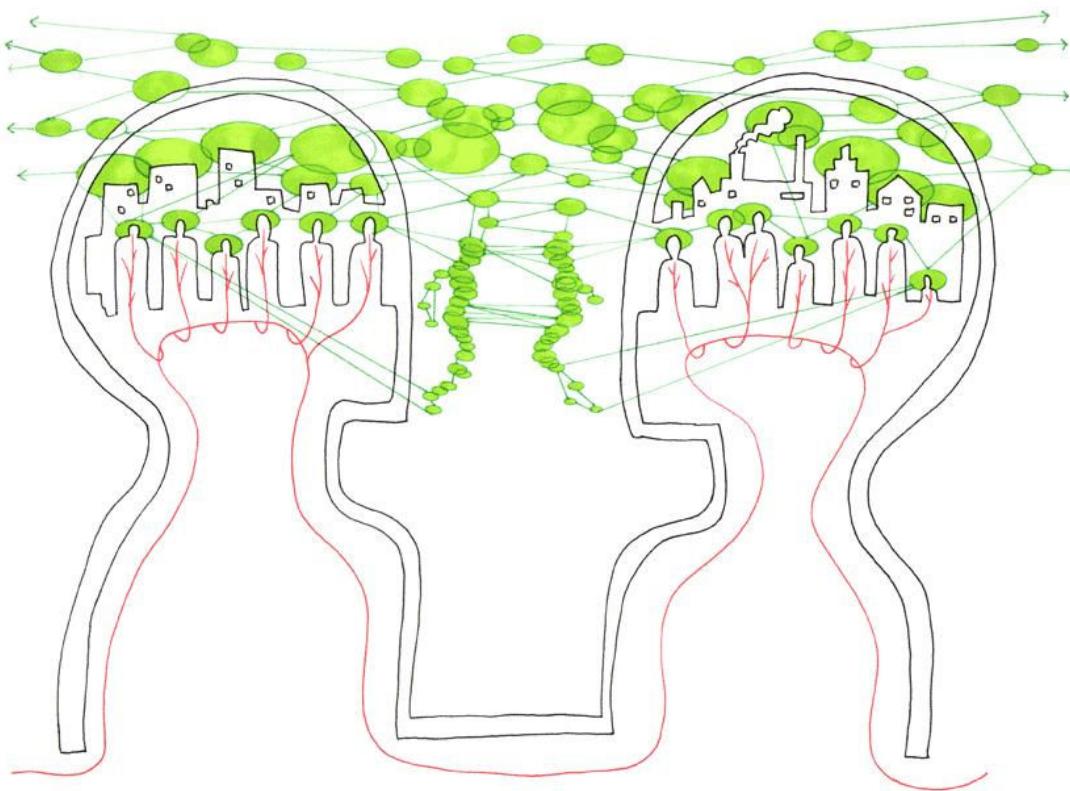


Ilustração de Marc Nguí

Ilustração do artista multimidiático canadense Marc Nguí, inspirada no volume I da obra *Mil Platôs* de Gilles Deleuze & Félix Guattari. Disponível em <http://www.bumblenut.com/drawing/art/plateaus/index.shtml>

Introdução

[...] a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica (Arantes, 2000, p. 106).

O trecho faz um convite interessante: para entender a cidade contemporânea é importante afrouxar fronteiras e deslocar identidades, o que não significa desconsiderar as territorialidades (tratá-las como não-lugares), mas sim percebê-las em relação. Trata-se, pois, de pensar o espaço urbano como o cenário onde lugares se entrecruzam na complexidade da experiência urbana de

seus habitantes. Para além da proposta de flexibilização de conceitos como território, fronteira, identidade, lugar, não-lugar etc., a proposta da Arantes (2000) chama atenção para a impossibilidade de desenhar práticas cotidianas a partir de um espaço fechado, fixo e supostamente homogêneo, e ao mesmo tempo propõe um olhar sobre a experiência urbana dos cidadãos em suas variadas escalas e dimensões.

O antropólogo Michel Agier (2011) também traz contribuições que operam nesse sentido. Ao definir uma "antropologia da cidade", ele ressalta a importância de se deslocar o ponto de vista das *cidades* para os *cidadãos* (p. 38), assim como da problemática do objeto para a do sujeito, ou seja, é preciso sair do território essencialista da

definição (o que é a cidade?) e partir para a pergunta o que *faz* a cidade. Segundo Agier (2011), é dessa maneira que o "próprio ser da cidade surge, então, não como um dado, mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de 'fazer a cidade'" (p. 39). A cidade, portanto, passa a ser pensada como um *processo*, algo que se constitui a todo instante, através da inserção e da experiência dos cidadinos no cotidiano da metrópole.

Mas como podemos entender *o processo que faz a cidade a partir do(s) cidadino(s)*? A intenção desse artigo é apresentar contribuições teóricas para essa e outras questões, tendo como referência um campo de diálogo heterodoxo e partindo especificamente de uma problematização sobre a noção de *território*. Ou seja, busca refletir sobre as potencialidades da referida noção a partir de autores pouco explorados no eixo dos estudos urbanos, pelo menos no Brasil¹. Refiro-me ao filósofo Gilles Deleuze, ao psicanalista Félix Guattari e ao antropólogo Nestor Perlongher. A intenção, portanto, é estabelecer um diálogo com esses autores a partir da noção de *território* e, ao mesmo tempo, apresentar de maneira introdutória pistas teóricas e possíveis contribuições para a emergência dos estudos dos processos de subjetivação na cidade contemporânea.

De antemão, é importante ressaltar alguns pontos. Primeiramente, chamar atenção para as diferenciações em torno de categorias como *espaço*, *lugar* e

território. Aqui eles não devem ser encarados enquanto sinônimos. Dessa maneira, o texto elege autores que ajudam a problematizar cada um desses conceitos, entretanto, se atém especialmente ao último. Segundo, salvo a exceção do antropólogo Nestor Perlongher, Deleuze e Guattari contribuem em um campo mais filosófico do que propriamente empírico. Isto significa que suas contribuições aparecem de um ponto de vista conceitual e não pela apresentação de um modelo teórico-metodológico fechado, "aplicável" a um campo de pesquisa. É impossível visualizar qualquer uma das ideias desses autores em um dado de campo. Nesse sentido, a intenção não é fazer com que procuremos "linhas de fuga" e "rizomas"² em nossos respectivos campos de pesquisa. Pelo contrário, Rolnik (1995) indica que o melhor desses autores é justamente a possibilidade da "abertura do pensamento". Deleuze e Guattari nunca se propuseram a criar nenhum tipo de método fechado e aplicável à pesquisa, mas sim engendrar um *pensamento singular*, que diz respeito mais à possibilidade de reprodução automática de conceitos e categorias. Nesse sentido, "só é possível embarcar no universo deleuziano se for a partir de um exercício do pensamento a serviço de questões que pedem passagem na existência de cada um" (ROLNIK, 1995, p. 6).

No campo disciplinar das Ciências Sociais, poucas pesquisas ousaram dialogar com a "filosofia da diferença" apresentada por esses autores³. O

¹ No Brasil, apesar de poucos, é possível citar alguns autores que realizam esse debate nos estudos urbanos. Inicialmente é possível indicar os trabalhos de Caiafa (2007), Diógenes (2008), Almeida e Tracy (2003), além do próprio Perlongher (2005).

² Conceitos fundamentais nos textos de Deleuze e Guattari e que serão brevemente apresentados ao longo do texto.

³ Cf. Machado (2009).

antropólogo Nestor Perlongher pode ser considerado uma dessas poucas referências de diálogo⁴, mas seus estudos parecem ter ecoado com mais força nos estudos de gênero e aparentemente teve menos impacto nos estudos urbanos. É por isso que esse artigo busca apresentar, ainda que de maneira breve, as possíveis contribuições desse autor para uma possibilidade de antropologia urbana/da cidade/na cidade, que se volta aos processos de subjetivação na metrópole.

A forma território/subjetividade

Michel de Certeau (2008) se refere à idéia de *lugar* para indicar a ordem topográfica estável que é delimitada pela distribuição de elementos específicos. Por exemplo, o urbanista que projeta uma rua e nela distribui postes, bueiros, calçadas, paralelepípedos e ao mesmo tempo identifica seus usos. Já o *espaço* é o cruzamento de móveis; é, como indica o próprio Certeau, o lugar praticado. "A rua geograficamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres" (p. 202). Para Certeau, o *lugar* se caracterizaria por sua estabilidade enquanto o *espaço* pelas operações móveis através das ações dos "sujeitos".

Uma leitura fenomenológica, apresentada por Certeau (2008) através do filósofo Merleau-Ponty, acrescenta à oposição *lugar/espaço* o caráter existencial que configura as espacialidades. A experiência espacial está relacionada ao "estar no mundo", ela nos situa em um meio, orienta nossas percepções, ou seja, "existe tantos espaços quantas experiências espaciais distintas" (Merleau-Ponty,

1999, p. 391). Essa reflexão se aproxima da proposta esboçada por Perlongher (2005, 2008), no sentido que abre caminho para a dimensão da subjetividade nas leituras dos espaços da cidade. Entretanto, Perlongher se utiliza da palavra território, ou melhor, territorialidades, que é caracterizada por um posicionamento importante diante da relação dos indivíduos com o espaço.

Em uma perspectiva clássica, território pode ser definido como um espaço devidamente delimitado e passível de determinadas significações sociais, atribuições identitárias e relações de poder, ou seja, nos deparamos com a forma território-Estado e a sua caracterização geográfica, política e cultural. Nessa linha de pensamento, que se fundamenta a partir de alguns autores da Geografia⁵, território seria algo fortemente ligado a um espaço físico: as pessoas estão *no* e pertencem *ao* território e, ao mesmo tempo, elas os produzem. A maneira como Perlongher (2008), inspirado em Deleuze & Guattari, irá se referir à ideia de território, se difere exatamente nesse ponto, pois, para ele, a afirmativa se inverte. Não é o indivíduo que está no território, mas o território é que está no indivíduo.

Ao descrever as *territorialidades itinerantes* dos michês na cidade de São Paulo, Perlongher (2008) contraria as premissas espaciais de identidade (unificadas, fechadas, homogêneas) e reflete sobre a noção de *território marginal*. O antropólogo procura descrever os movimentos de construção de territórios subjetivos a partir da relação dos michês com determinados códigos sociais que se apresentam nos espaços da cidade. Trata-se de uma etnografia dos processos de

⁴ Cf. também Almeida e Tracy (2003), Bittencourt (2011), Caiafa (2007), Diógenes (2008).

⁵ Cf. Souza, 1995.

desterritorialização e *reterritorialização* que permitem aos michês se engajarem em discursos e práticas formatados por um código peculiar que distribui atribuições categoriais a corpos e desejos em movimento (PERLONGHER, 2008, p. 245).

Diferente das análises clássicas do campo da Sociologia e da Antropologia Urbanas - que definem o território como um espaço físico ao qual são atribuídas determinadas significações sociais – a "cartografia" é o método desenvolvido por Perlongher para enfatizar a produção de territórios que não se subscrevem em uma fixitude espacial. Trata-se de um método de pesquisa que busca apreender o processo de produção das formações subjetivas que também podem ser definidas como paisagens psicossociais. Para Deleuze (2005), as subjetividades se apresentam sob a forma de diagramas compostos por linhas: molar, molecular e de fuga, essas linhas engendram os mapas subjetivos analisados pelo cartógrafo⁶.

Dessa maneira, para compreendermos as análises desenvolvidas pelo antropólogo, torna-se imprescindível um mergulho na obra dos pensadores franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Agenciamento, territorialização, desterritorialização, linhas de fuga, processos de subjetivação, devir, espaço liso, espaço estriado, são alguns dos conceitos desenvolvidos por estes filósofos⁷, que ajudaram Perlongher na confecção de sua análise sobre *territorialidades marginais*. Não cabe, aqui, a tarefa impossível que é destrinchar a obra de

Deleuze & Guattari, a intenção é apenas pontuar, ainda que de maneira breve, o impacto que ela tem nas reflexões sobre a noção de território para o antropólogo Nestor Perlongher (2005, 2008).

É importante mais uma vez ressaltar que, ao problematizar categorias como *desterritorialização, reterritorialização, agenciamento* e *devir*, Deleuze & Guattari (1997) não se referem a um exemplo etnográfico específico. Suas reflexões são direcionadas para a construção de um arcabouço conceitual que diz respeito à produção da existência nos mais diversos contextos. Isso significa que é possível falar de *devir* e *agenciamento* tanto na "cidade" quanto no "campo", tanto nas "sociedades civilizadas" quanto nas "sociedades primitivas".

A *produção da subjetividade* é uma preocupação central na obra dos pensadores franceses. Contrários aos padrões impostos pelas etiquetas identitárias, pelas ideias de sujeito e representação, assim como de estrutura ou sistema, ambos preferem se referir ao conceito de *agenciamento* como a força motora da ação dos "sujeitos". Trata-se de uma noção mais ampla que abre espaço para os movimentos de criatividade ou inventividade que são produzidos pelos indivíduos a partir do confronto com os códigos sociais vigentes (molares), definidos pelos filósofos como pontas de *desterritorialização* e movimentos de *reterritorialização*.

Para Deleuze & Guattari (1997), o *território* é o espaço subjetivo vivido, é o lugar onde um sujeito se sente "em casa", ele é sinônimo de apropriação, de uma subjetividade fechada em si mesma. O *território* é, portanto, o conjunto das representações, dos comportamentos, dos investimentos, nos tempos e nos espaços sociais,

⁶ Cf. Rolnik, 2007.

⁷ Essas categorias são desenvolvidas em vários textos, mas aqui são mencionadas tendo como referência o volume 5 da obra *Mil Platôs* (Deleuze & Guattari, 1997).

culturais, estéticos e cognitivos (ROLNIK & GUATTARI, 2005, p. 388). Entretanto, Deleuze & Guattari vão indicar que a formação subjetiva produzida por um território específico pode se *desterritorializar*, se abrindo às *linhas de fuga*, ou seja, realizando um movimento pelo qual se abandona o *território* e constrói-se um outro território (*reterritorialização*). Em outras palavras, a *reterritorialização* consistirá numa tentativa de recomposição de um *território* engajado em um processo *desterritorializante* (Ibid, p. 388).

É possível encontrar em Deleuze & Guattari a ideia de *código* e *sobrecodificação*⁸; elas dizem respeito aos fluxos sociais e materiais que estão em jogo nos processos de subjetivação, essas categorias também estão diretamente relacionadas às reflexões de Perlongher (2005, 2008).

É através dessa inspiração que a categoria de *código-território* é apresentada pelo antropólogo argentino. Ao também elencar uma crítica à noção de identidade e de representação, Perlongher (2008) indica que a ideia de *territorialidade* não se limita ao espaço físico e nem mesmo remete a “lugares vazios” ou a construção de identidades espaciais individualizadas, definidas, fixas. Trata-se, ao contrário, de problematizar uma *territorialidade* que se manifesta na instantaneidade e no acaso dos encontros (PERLONGHER, 2008, p. 159). Assim como Deleuze & Guattari (1997) preferem falar em *território* e não em *identidade*, de

⁸ Rolnik & Guattari (2005) citam como exemplo as sociedades agrárias primitivas, que funcionavam segundo seu próprio sistema de *codificação territorializado* e foram *sobrecodificadas* por uma estrutura imperial que lhes impôem sua hegemonia militar, religiosa, etc. (p. 381-382).

maneira semelhante Perlongher se refere à *territorialidade*.

A opção pela *territorialidade*, e não pela *identidade*, busca colocar em cena algo já apontado pela Escola de Chicago: a “fragmentação” do sujeito urbano. Ao recuperar a noção de *segmentariedade* através dos textos de Evans-Pritchard e Deleuze & Guattari, Perlongher indica que o sujeito urbano não pode ser considerado como uma unidade fechada em si mesma, pois é fragmentado por diversas *segmentaridades* (2008, p. 161): circula pela casa, pelo trabalho, pelas ruas, praças, escolas, ônibus, estações de metrô, etc.

Dessa maneira, Perlongher (2008) procura mostrar que as *territorialidades* são *flutuantes* e não se reduzem a uma fixidez espacial, pois o michê arrasta consigo um “código-território” por onde quer que vá. Código esse que se inscreve no corpo, nos gestos, nas palavras, a “boca do lixo” está no michê e não o contrário. A *territorialidade itinerante* pode ser lida como uma manifestação de *nomadismo urbano*.

Félix Guattari (1992) apresenta uma importante reflexão sobre o nomadismo e seus processos de subjetivação na cidade contemporânea. Para ele,

O nomadismo selvagem da desterritorialização [na cidade] contemporânea demanda [...] uma apreensão “transversalista” da subjetividade, [...] uma apreensão que se esforçará para articular pontos de singularidades (por exemplo, uma configuração particular do terreno ou do meio ambiente), dimensões existenciais específicas (por exemplo, o espaço visto pelas crianças ou pelos deficientes físicos ou doentes mentais), transformações funcionais virtuais (por exemplo, mudanças de programa e inovações

pedagógicas), afirmando ao mesmo tempo um estilo, uma inspiração, que fará reconhecer [...] a assinatura de uma criação (GUATTARI, 1992: 177).

É a partir desses elementos que Guattari (1992) vai propor a “restauração de uma Cidade Subjetiva”, engajada tanto nos níveis mais singulares dos indivíduos quanto nos níveis mais coletivos. Para Guattari “as cidades são imensas máquinas [...] produtoras de subjetividade individual e coletiva” (p. 172). A “Cidade Subjetiva” se apresenta como uma ordem subjetiva “mutante” que pode nascer em meio ao “caos” da cidade contemporânea, trata-se da construção de uma nova poesia do urbano, de uma nova arte de viver na cidade (GUATTARI, 1992: 175), ela é uma criação, produto de processos de ruptura – de *focos de singularização* como prefere Guattari.

O nômade seria aquele que estabelece localizações, mas não pára de circular (Perlongher, 2005, p. 247). Falar de *nomadismo*, *linhas de fuga* e *rupturas* não é o mesmo que falar de *desvio*. Por isso, a proposta de análise apresentada por Perlongher (2008) intenta tomar o sujeito não como desviante de uma norma social dominante, mas como “viajante” entre “pontos de ruptura” e “pontos de sutura”, permitindo ler o campo social não somente pelas estruturas, mas também pelas fugas e desestruturações (p. 196). Ou seja, Perlongher percebe que a experiência michê em São Paulo envolve um *nomadismo*, pois esta é constituída através de deambulações por diferentes pontos da cidade. As tendências de *nomadização*, portanto, são as *linhas de fuga* que atravessam os sujeitos e o levam a participar simultaneamente, ainda que em diferentes graus de envolvimento, de “modos de sociabilidade nômades” (p. 196).

Diferente dessa *sociabilidade nômade*, “mundana”, há a *socialidade sedentária*, que seria, por exemplo, a família. Há, portanto, uma contigüidade entre dois pólos de redes de sociabilidade que se alternam: uma é *nômade* e *marginal* e a outra é *sedentária* e *normal*. Esses modos de sociabilidade não são tratados em oposição, mas pela coexistência e tensão que se desenvolvem em vários planos (p. 194). Ou seja, o antropólogo mostra a convivência de sociabilidades diferenciadas em um espaço que abriga populações “fixas” e “ambulantes” ao mesmo tempo. Donas-de-casa, prostitutas, michês, traficantes e comerciantes; demarcam, diferenciam e disputam seus territórios.

Para sobreviver no espaço urbano, as populações nômades (os michês, mendigos, meninos de rua, etc.) recorrem às formas de organização e sociabilidade que se diferenciam da ordem dominante, “em cujos interstícios emaranham suas redes relacionais mais ou menos frouxas e instáveis, ‘retrabalhando’ os valores da sociedade mais ampla, mas mantendo certa exterioridade ou estranhamento a respeito deles” (PERLONGHER, 2008, p. 197). Apesar de focar suas reflexões nessas *territorialidades marginais*, é importante ressaltar que elas não são uma atribuição específica dos michês, ou daqueles que são vistos sob a marca da errância. De fato, é possível encontrar nesses grupos uma leitura privilegiada sobre essas reflexões. Entretanto, sob a perspectiva de Deleuze & Guattari, é possível dizer que onde houver tentativa de fixação de *territórios*, haverão *territorialidades*, constituídas por movimentos de *desterritorialização* e *reterritorialização*. A cidade, em seu amplo contexto, enquanto espaço de trajetórias e devires, é por excelência,

um espaço produtor de subjetividades, de *territorialidades*.

As análises de Perlongher (2008), portanto, indicam que não há um modo único, fechado e específico de ser michê, mas formas plurais de experimentar a prática da prostituição viril na cidade de São Paulo, e nesse sentido ele apresenta as diversas categorias de michê elencadas em sua pesquisa de campo⁹.

Desejar a cidade: esboço de uma leitura sobre os condomínios fechados

Para concluir, trago uma rápida reflexão tendo como referência meu campo de pesquisa, que trata das diferentes experiências etárias de moradia nos condomínios fechados de luxo. Nesse sentido, as *territorialidades* fabricadas nos condomínios fechados mostram que não há um modo único de descrever os moradores desses espaços.

O mapa da experiência urbana de moradores de condomínios fechados pode ser traçado tendo como referência os momentos de contato, ainda que superficial, desses habitantes com a vida da metrópole. Isso ocorre principalmente através de atividades rotineiras como: ir ao trabalho, deixar os filhos na escola, ir às compras, se deslocar ao aeroporto, entre outras atividades cotidianas.

Assim, na esteira de Perlongher (2008) e Deleuze & Guattari (1997), podemos dizer que o *código-território* de um morador de condomínio fechado de luxo, por exemplo, pode se constituir através da cristalização operada pelo agenciamento sócio-espacial “condomínio” na subjetividade desses indivíduos (paranóia securitária, ideal de pureza, desejo de se apartar da cidade, etc.). Entretanto, os moradores

de condomínio podem se *desterritorializar* desse código-território ao entrarem em contato com a vida além dos muros, por intermédio dos diversos enfrentamentos destes indivíduos com os espaços da cidade. Isso pode ser exemplificado pelas particularidades que envolvem as perspectivas de moradores adultos e moradores infantis e suas relações *sui generis* com uma forma de habitar na cidade. O *código-território* consiste na cristalização de uma formação subjetiva específica. Assim, é possível pensar, então, que o *código-território* sugerido pelo condomínio agencia de diferentes maneiras as subjetividades das crianças e dos adultos que vivem nesses espaços.

Para Perlongher (2008), as relações dos indivíduos com a cidade é constituída por *processos de subjetivação* mutáveis em corpos que se deslocam e circulam. Se fizermos essa leitura tendo como referência os moradores de condomínios fechados, podemos indicar que esse espaço, a princípio um território fixo e homogêneo, pode ser pensado como um dos vários *agenciamentos* que compõem o *código-território* de seus moradores, não de maneira única, cada morador será afetado por esse agenciamento de uma maneira particular. Ou seja, há distintos modos de vivenciar a experiência de ser morador de condomínio fechado e, mais do que isso, essa experiência não pode ser lida apenas pela dimensão espacial do condomínio e dos muros, nem deve ser completamente sujeitada a qualquer um deles. Dessa maneira, mesmo diante de uma forma de morar que recusa os contatos com os espaços urbanos, existe uma possibilidade de etnografia das ações que se voltam para a experiência da/na cidade.

As análises de Perlongher (2005, 2008), assim como as contribuições de Deleuze

⁹ Cf. *Os gêneros* in Perlongher, 2008, p. 138.

& Guattari, mostram que é importante atentar para as *linhas de fuga* que teimam em *desejar a cidade*.

Referências

- AGIER, M. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALMEIDA, M. I. M. de ; TRACY, K. M. de A. **Noites nômades**: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- ARANTES, A. Arantes. A guerra de lugares in **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000. p. 103-129.
- BITTENCOUT, J. B. M. Nas encruzilhadas da rebeldia: uma etnografia dos straightedges em São Paulo. 2011. Tese (Doutorado)-Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2011.
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: Vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. Lisboa: Relogio d'Agua, 2004.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DIÓGENES, G. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 2008.
- GUATTARI, Felix. A restauração da cidade subjetiva in **Caosmose**: um novo paradigma estético. Ed. 34: Rio de Janeiro, 1992. p.169-178
- _____. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, n. 16, ano V, São Paulo, 1985.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PERLONGHER, N. Territórios Marginais in GREEN, J. N. e TRINDADE, R. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- _____. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.
- ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Ed. Salina/ UFRGS Editora, 2007.
- _____. Ninguém é deleuziano (Entrevista). Jornal O Povo, Fortaleza, p. 6, 18 nov. 1995.
- SIMÕES, J. A. Apresentação a "Territórios Marginais" in GREEN, J. N. e TRINDADE, R. (orgs.). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. ; GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.197-245.